



A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL COMO INSTRUMENTO DE ORIENTAÇÃO PARA A IDENTIFICAÇÃO E PREVENÇÃO DO ABUSO SEXUAL INFANTIL

Karoline Vieira Sant'ana (UFMT) – karolinevsantana@gmail.com
Ana Luisa Alves Cordeiro (PPGE/UFMT) – analuisatri@gmail.com
GT 9: Educação, Infância e Crianças

Resumo:

Este Artigo tem como objetivo discutir sobre a Educação Sexual e sua possível contribuição na Educação Infantil. Trata de assuntos referentes a sexualidade, infância e os tabus que ainda cercam a temática. O desenvolvimento da sexualidade inicia-se precocemente, perdurando-se ao longo da vida, sendo o período escolar o de maior relevância para apresentar e esclarecer as dúvidas em relação a sexualidade. Deste modo, se o(a) futuro(a) professor(a) apropriar-se de conhecimentos teóricos e metodológicos para abordar o tema com as crianças, discutindo e orientando-as quanto a sexualidade, seu corpo e, principalmente, salientando que algumas partes da sua constituição física não podem e nem devem ser tocadas por outras pessoas, dentre outros aspectos que serão abordados durante o desenvolvimento deste Artigo. Metodologicamente, este artigo tem abordagem qualitativa, com a utilização de pesquisa bibliográfica e documental porque faz a análise dos documentos Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) e Parâmetro Comum Curricular (BRASIL, 1997), conforme as definições de Lüdeke e André (1986). Assim sendo, compreende-se que é fundamental discutirmos Educação Sexual com as crianças a fim de prepará-las desde muito pequenas para reconhecerem situações potencialmente de risco a sua integridade.

Palavras-chave: Educação Infantil. Abuso sexual infantil. Sexualidade. Educação Sexual.

1 Introdução

Este Artigo¹ tem como objetivo discutir sobre a Educação Sexual e sua contribuição na Educação Infantil. É importante potencializar a discussão sobre a importância da Educação Sexual em espaços que atendam crianças pequenas, como por exemplo, as creches, bem como qual o papel do professor(a) perante a realidade da violência sexual sofrida pelas crianças e como e de que forma as práticas pedagógicas podem contribuir positivamente para a identificação e prevenção da violência sexual contra as crianças, assim como para o que é considerado afeto, carinho, respeito e integridade, refletindo sobre seu próprio corpo e as partes que não devem ser tocadas por outras pessoas, tornando-as capazes de identificar atos libidinosos travestidos de carinhos e afetos, quando na verdade são lascivos, assim como, saber comunicar a outro(a) adulto(a) quando estiver sofrendo possível tentativa de violência sexual ou mesmo quando a violência já foi consumada.

¹ Este artigo vincula-se a pesquisa realizada por Karoline Vieira Sant'ana, no âmbito do Dossiê, trabalho final de curso, na Pedagogia da UFMT, no ano de 2021, sob orientação da Profa. Dra. Ana Luisa Alves Cordeiro.

O que impulsionou esta pesquisa foram os anos em que a pesquisadora principal trabalhou em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), no município de Várzea Grande, no estado do Mato Grosso. Durante esse período foi possível vivenciar situações nas quais algumas crianças apresentavam comportamentos diferentes no decorrer do ano. A professora regente sempre comunicava os fatos a gestão da CMEI que na maioria das vezes orientava a continuar observando sem intervenção, o que poderia, hipoteticamente, evidenciar um comportamento negligente por parte da gestão escolar caso essa criança estivesse sendo vítima de violência sexual. Também foi possível notar que supostamente não há um preparo por parte do(a) professor(a) para lidar com temas dessa relação e que, em decorrência desse possível despreparo, o quanto o(a) mesmo(a) tende a ficar de certo modo desorientado(a) em frente a essas circunstâncias.

Isso evidencia como é necessária uma formação de qualidade, não apenas inicial, mas também continuada, pois é esta que auxiliará o(a) professor(a) a lidar com eventuais acontecimentos não esperados, mas que podem impactar em sala de aula quanto as questões pertinentes da sexualidade e assuntos correlacionados. Pois ainda é possível notar demasiada resistência para se falar sobre Educação Sexual às crianças em espaços educacionais, no familiar e outros, como igreja, por razões diversas. Essa resistência se dá pelo fato de o assunto ainda ser considerado tabu² na sociedade, em pleno século XXI, mesmo assim, não há como negar a importância e relevância do assunto e quanto se faz presente na sociedade as ocorrências de violência sexual contra crianças.

Conforme apontam os dados do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, as denúncias de violência sexual foram de 17.093 registros em todo Brasil pelo Disque 100 no ano de 2018, em Mato Grosso, o número foi de 280 casos denunciados, sendo maio o mês de maior incidência com 38 notificações. Já do ano de 2019, foi possível observar o levantamento apenas dos quatro primeiros meses, totalizando 95 denúncias. Um aumento de 28 denúncias em comparação aos quatro primeiros meses de 2018.³

De acordo com o Relatório de 2018 do Disque Direitos Humanos, as violações contra crianças e adolescentes se dão em: 78,5% abuso sexual; 15,7% exploração sexual e 14,8%

²“O significado de tabu geralmente se refere a uma proibição da prática de qualquer atividade social que seja /moral, religiosa ou culturalmente reprovável”. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/tabu/>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

³ Disque 100. Disponível em: <<https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/disque-100-1>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

outras violações. O percentual do sexo das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual são de: 73,44% feminino; 18,60% masculino e 7,96% não informado. A faixa etária corresponde a: 46,13% de 12 a 17 anos; 37,76% de 4 a 11 anos; 7,81% de 0 a 3 anos; 0,13% recém-nascido e 8,17% não informado. Ou seja, cerca de 45,7% das violências atingem as crianças de 0 a 11 anos.

Essa estatística propicia uma reflexão em relação a vulnerabilidade que as crianças e adolescentes se encontram, principalmente as crianças pequenas e bem pequenas, foco dessa análise.

A realização deste trabalho consiste da metodologia de abordagem qualitativa, utilizando pesquisa bibliográfica e documental porque faz a análise dos documentos Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) e Parâmetro Comum Curricular (BRASIL, 1997), conforme as definições de Lüdeke e André (1986). E tendo como referencial teórico autoras como Heleieth Saffioti (2015), Raquel Baptista Spaziani (2013), Rosane Joaquim Elias (2010), Sheila Maria P. Soma (2014), entre outros(as).

Este Artigo está organizado em três tópicos: Reflexões acerca do papel a ser exercido na Educação Sexual pelo(a) professor(a), escola e família; A significância da formação inicial e continuada de qualidade para a aplicabilidade das aulas de Educação Sexual; Desafios da Educação Sexual em tempos de pandemia da Covid-19.

2 Reflexões acerca do papel a ser exercido na Educação Sexual pelo(a) professor(a) escola e família

Para uma melhor compreensão do que trataremos a seguir, é necessário que compreendamos alguns conceitos, como: sexualidade, violência, violência sexual e Educação Sexual.

O conceito de sexualidade compreende-se como parte do desenvolvimento humano, estando para além da genitalidade, pois por meio desta vivenciamos os prazeres e desejos do corpo, bem como, engendramos por meio das relações sociais nossos valores e atitudes (SPAZIANI; MAIA, 2011).

A violência pode se configurar em diferentes formas e contra diferentes vítimas, sendo essa na maioria das vezes a mais vulnerável do conflito. Para Heleieth Saffioti (2015, p. 17), a

violência trata-se da “ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral”.

O documento oficial Violência contra “Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas” disponibilizado pelo Ministério dos Direitos Humanos, traz a seguinte definição de violência contra a integridade sexual da criança:

É a utilização da sexualidade de uma criança ou adolescente para a prática de qualquer ato de natureza sexual. O Abuso Sexual é geralmente praticado por uma pessoa com quem a criança ou adolescente possui uma relação de confiança, e que participa do seu convívio. Essa violência pode se manifestar dentro do ambiente doméstico (intrafamiliar) ou fora dele (extrafamiliar) (BRASIL, 2018, p.41).

O abuso sexual ocorre em lugares variados, muitos casos são intrafamiliar, compreende-se que para a vítima há maior dificuldade em expor o caso de abuso sexual infantil e delatar seu(sua) agressor(a), pois se trata de uma pessoa íntima ou próxima da família.

A criança passa a maior parte do tempo no ambiente familiar, o segundo no escolar, isso denota a importância das práticas dos(as) professores(as) frente a prevenção de situações para se prevenir ou identificar possíveis casos de abuso sexual, pois, a relação professor(a)-aluno(a) pode ser de confiança, assim a criança pode romper o silêncio e comunicar ao(à) professor(a) situações de violência por ela sofrida.

Vale ressaltar que os casos de abuso sexuais infantis podem ocorrer também dentro das instituições de ensino, alunos(as) podem violentar outros(as) alunos(as), bem como, professores(as) e demais profissionais da educação também podem ser possíveis agressores(as). Pois situações como essa embora sejam mais recorrentes em ambientes familiares, não exime a escola de ser um lugar onde similarmente pode ocorrer a violência. Evidenciando, assim, a importância do diálogo sobre a prevenção do abuso sexual infantil e como é imprescindível que toda a comunidade escolar faça parte deste momento, pois a cultura escolar precisa do mesmo modo ter como objetivo a prevenção.

Se as coordenações pedagógicas das unidades escolares cobrarem dos(as) professores(as) e o Projeto Político Pedagógico (PPP) implantar o que prevê o Parâmetro Comum Curricular (PCN) de Ciências Naturais, quando este afirma que:

Também é importante o estudo do ser humano considerando-se seu corpo como um todo dinâmico, que interage com o meio em sentido amplo. Tanto os aspectos da herança biológica quanto aqueles de ordem cultural, social e afetiva refletem-se na arquitetura do corpo. O corpo humano, portanto, não é uma máquina e cada ser humano é único como único é seu corpo. Nessa perspectiva, a área de Ciências pode contribuir para a formação da integridade pessoal e da autoestima, da postura de respeito ao próprio corpo e ao dos outros, para o entendimento da saúde como um

valor pessoal e social, e para a compreensão da sexualidade humana sem preconceitos (BRASIL, 1997, p. 22).

Percebe-se, por esse trecho do PCN (BRASIL, 1997), que o Estado se preocupa com a integridade física e psíquica dos seus pequenos/as cidadãos/ãs, assim, a escola também deve se preocupar com a formação sexual das crianças, até mesmo porque se trata de algo obrigatório, pois é um documento regulador do currículo escolar, esta, em hipótese nenhuma, pode alegar desconhecimento da normativa e se furtar do dever de formar pessoas críticas e conhecedoras de si e de seus direitos.

Se o PCN (BRASIL, 1997) dá ênfase para a formação sexual das crianças pequenas, a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) lançada em dezembro de 2017, praticamente se cala sobre o assunto, pois o pouco que a ele se refere está mais ligado a questão do autoconhecimento do corpo, do respeito com as pessoas com deficiência, não como algo a ser trabalho em sala de aula como prevenção a violência sexual, como podemos constatar:

Nos anos iniciais, pretende-se que, em continuidade às abordagens na Educação Infantil, as crianças ampliem os seus conhecimentos e apreço pelo seu corpo, identifiquem os cuidados necessários para a manutenção da saúde e integridade do organismo e desenvolvam atitudes de respeito e acolhimento pelas diferenças individuais, tanto no que diz respeito à diversidade étnico-cultural quanto em relação à inclusão de alunos da educação especial (BRASIL, 2017, p. 327).

E prossegue neste mesmo conceito, mas agora em um contexto da forma de reprodução humana e ampliando para o cuidado do corpo, como lemos na seguinte passagem:

Nos anos finais, são abordados também temas relacionados à reprodução e à sexualidade humana, assuntos de grande interesse e relevância social nessa faixa etária, assim como são relevantes, também, o conhecimento das condições de saúde, do saneamento básico, da qualidade do ar e das condições nutricionais da população brasileira (BRASIL, 2017, p. 327).

Destarte, fica evidenciado que conforme se muda de governo, muda-se a percepção do currículo escolar, o que este deve trabalhar nas escolas, mas em contrapartida os(as) profissionais da educação não devem se omitir diante das questões sociais que afligem a sociedade e principalmente das crianças pequenas.

Podemos notar que a grande maioria dos(as) professores(as) não têm o preparo para identificar ocorrências de abuso sexual, pois existe uma certa dificuldade e resistência na abordagem do tema com a criança, para investigar a situação por meio de perguntas. Noutras circunstâncias há também aqueles(as) que preferem não se comprometer com tal situação, seja por medo de possíveis represálias por parte da família e até mesmo da escola. E, ainda, há alguns (algumas) que carregam em suas trajetórias as marcas de também terem sofrido esse

tipo de violência, trauma que os(as) acompanha, que precisa ser reelaborado em processos terapêuticos, o que nem sempre ocorre.

Entendendo que o espaço escolar, como afirma Raquel Baptista Spaziani (2013, p. 39), “[...] se configura como um local privilegiado para o rompimento do complô do silêncio, por meio de ações preventivas dos/as professores/as, bem como a detecção precoce da violência sexual infantil por parte destes/as”. Desta forma temos que é papel da escola, do(a) professor(a), zelar pela valorização e integridade física e psíquica da criança, informando a estas, por meio das práticas docentes, como se caracteriza o abuso sexual infantil e quais as possíveis formas de prevenção.

Acreditamos que mesmo com pouca idade a criança já possui discernimento e capacidade de compreender e discutir o tema, não será, desta forma, considerado como forma de incentivá-las a iniciar prematuramente sua vida sexual, como muito se imagina. Os(as) professores(as) tendem a ter dificuldade com assuntos relacionados a sexualidade e a integridade do corpo, tornando-o um tabu, provavelmente devido a relação que tiveram com o tema durante sua vida, trazendo as restrições sofridas na infância para a vida adulta, como explica Spaziani (2013):

Outro aspecto que dificulta a educação para a sexualidade na escola é a forma como a sexualidade foi tratada ao longo da vida dos/as professores/as, que, muitas vezes, foram repreendidos/as quando crianças e adolescentes por sua família ou pela escola, tendo dificuldade em lidar com a própria sexualidade. Essa dificuldade pessoal, assim como as concepções advindas dessa história de vida, mesmo que sem intencionalidade, podem ser transmitidas na educação de das crianças (SPAZIANI, 2013, p. 44).

Deste modo, podemos observar como é importante um melhor preparo dos(as) profissionais da educação durante sua formação, bem como, na formação continuada:

Tendo em vista que os/as professores/as são agentes importantes na prevenção e na notificação de casos de violência sexual infantil, faz-se necessário que o tema seja abordado tanto na formação inicial nos cursos de Pedagogia, como em cursos de formação continuada, transmitindo informações sobre a caracterização da violência sexual infantil, a necessidade de rompimento do segredo que envolve essa violência, os indicadores que uma criança pode vir a manifestar na escola, bem como modos de ensinar a ela a se proteger e formas de denúncia da violência sexual infantil (SPAZIANI, 2013, p. 52-53).

Com o intuito de propiciar aos(às) professores(as) uma melhor compreensão sobre Educação Sexual e para quais fins essa pode ser utilizada, pois: “A educação para a sexualidade poderia proporcionar à criança um espaço de aprendizado e de confiança, no qual ela seria capaz de saciar as suas dúvidas e curiosidades sobre o tema, de maneira acolhedora” (SPAZIANI, 2013, p. 45).

Dentre as competências a serem trabalhadas na Educação Sexual, está a necessidade de: “[...] explicar à criança o que é a violência sexual, investigando se ela é capaz de identificá-la e evitá-la, bem como orientar sobre as maneiras de agir diante de uma ameaça de violência” (SPAZIANI, 2013, p. 46).

Professores(as) conscientes de suas práticas contribuem não apenas em uma situação presente, mas também futura, pois esses ensinamentos servirão a criança por toda vida, pois é importante que cada pessoa tenha uma compreensão clara de que seu corpo pertence a si própria, tendo ela o direito de permitir e/ou negar o toque de outras pessoas.

A prática para a orientação, detecção e prevenção deve ser construída por intermédio de diálogo aberto e claro com as crianças, para que elas compreendam que o assunto não se trata de um tabu, mas sim de fatos que ocorrem com certa frequência e que demandam atenção por parte de todos(as), como podemos ver:

Para isso, os/as educadores/as devem ter conhecimento sobre o desenvolvimento sexual infantil e suas manifestações, a fim de identificar com mais facilidade comportamentos passíveis de preocupação, assim como para conversarem com as crianças sobre o tema. Além de bem informados, é preciso que os adultos se proponham a dialogar e refletir sobre a sexualidade com as crianças, de maneira clara e sem constrangimentos, criando um espaço de comunicação entre eles/as (SPAZIANI, 2013, p. 47).

Dentre as possíveis práticas pedagógicas a serem utilizadas pelos(as) professores(as), para a abordagem do tema com as crianças pequenas e bem pequenas está a ludicidade e a contação de história. O termo ludicidade deriva da palavra lúdico que significa brincadeiras, jogos e semelhantes que resultem em divertimento a quem pratica tornando assim o aprendizado prazeroso (RODRIGUES, 2013).

As contações de histórias literárias propiciam que a criança assemelhe os contos a sua própria vida, identificando-se com as personagens, a criança pode se inspirar na história para lidar com situações da vida inerente a dificuldades, buscando assim um novo desfecho para sua vida instruído pelo conto literário. A contação de história quando feita pelo(a) professor(a), permite que ele(a) oriente o entendimento da criança ao dar ênfase no que se considera de maior importância.

Há hoje histórias literárias que possuem o objetivo próprio de possibilitar por parte da criança o reconhecimento da prática de abuso sexual, são os chamados Livros de Abordagem Preventiva (LIAP), estes são “[...] um meio efetivo para a aquisição de habilidades de autoproteção contra o abuso sexual em crianças” (SOMA; WILLIAMS, 2019, p. 197). Compreende-se que o primordial a ser desenvolvido na criança é a capacidade de identificar

riscos de abuso sexual, para assim dar continuidade a prevenção. Os LIAP visam exatamente isso, promover na criança, por meio da contação de histórias, a capacidade autoproteção.

Desta maneira, as práticas pedagógicas mencionadas deverão ser planejadas pelo(a) professor(a) seguindo os parâmetros legais, assim como deve escolher livros que abarquem todos os conceitos necessários a serem trabalhados com as crianças ou ao menos a maior parte deles, com o intuito de alcançar objetivos já mencionados anteriormente.

3 A significância da formação inicial e continuada para a aplicabilidade da Educação Sexual

Durante a pesquisa para a realização desse trabalho foi possível verificar fatores comuns: a preocupação dos(as) pesquisadores(as) com relação a integridade física e psicológica da criança, a importância que dão a Educação Sexual destinada as crianças da fase da Educação Infantil, bem como, as práticas pedagógicas dos(as) docentes com finalidade a prevenção e identificação do abuso sexual infantil. Para ser professor(a) é notória a necessidade de se ter uma formação inicial e continuada de qualidade, como afirma Rosane Joaquim Elias (2010):

O professor não pode trabalhar, somente, o cognitivo das crianças e necessário ter um leque amplo de conhecimento, pois são inúmeros os casos problemáticos encontrados nas salas de aula. [...] Atualmente, todo professor deve ter como princípio a formação integral de seus alunos; devem prepará-los para enfrentar os muitos desafios que no mundo vão encontrar (ELIAS, 2010, p. 16).

Em sua pesquisa Suelen Batista Freire (2016) traz opinião que se assemelha a de Elias (2010) em relação a formação dos(as) profissionais da educação ao afirmar que:

A escola é considerada um local privilegiado para a prevenção e para a detecção da violência sexual contra crianças, principalmente se tratando do abuso sexual infantil intrafamiliar. Contudo, para tanto, é necessário que o referido tema, tão presente e – ao mesmo tempo – tão oculto na realidade, seja abordado em cursos de formação inicial e/ou continuada. De posse de mais informações, os(as) professores(as) seriam capazes de reconhecer o seu papel-chave na rede de proteção à criança (FREIRE, 2016, p. 47).

Faz-se claro que as formações iniciais, assim como as formações continuadas, precisam dispor em seu currículo de uma formação voltada a essa questão. Eliane Maria da Silva (2013) relata em sua dissertação que ao participar de um projeto intitulado “Saúde e Prevenção nas Escolas” instaurado pelo Governo Federal no ano de 2003, visitou diversas escolas públicas na cidade de Campo Grande, no estado do Mato Grosso do Sul. Ela expõe que durante essas visitas foi possível observar como:

[...] os professores necessitavam, entre outras habilidades, de formação específica em sexualidade para desenvolver projetos e/ou conduzir uma aula com os conteúdos da orientação sexual, pois, além das discussões realizadas em sala de aula, era necessário oportunizar ao professor a autorreflexão sobre as suas concepções sexuais, os tabus, os preconceitos, entre outras temáticas que permeiam a educação sexual, conteúdo obrigatório no currículo escolar desde 1997, por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) (SILVA, 2013, p. 16).

Silva (2013) também discute sobre sua formação inicial no curso de Pedagogia e como os conteúdos foram minimalistas, como podemos ver:

[...] entre 2006 e 2009, no curso de Pedagogia, quando tive aulas sobre sexualidade e acompanhei a forma como os conteúdos em educação sexual foram minimamente trabalhados ou discutidos pela professora responsável pela disciplina de fundamentos e metodologias de ciências. Nessas aulas, os conteúdos que envolvem a sexualidade (gênero, diversidades, saúde sexual e reprodutiva, gravidez precoce, DST/Aids, homossexualidade, homofobia, entre outros) abordavam apenas as doenças sexualmente transmissíveis, destacando-se a forma como são transmitidas e como é realizado o tratamento delas (SILVA, 2013, p. 16-17).

Devido ao fato da crítica de Silva (2013) ser em relação aos anos de 2006 a 2009 em uma unidade de Ensino Superior no Estado de Mato Grosso do Sul, pode-se perceber que essa suposta falha já ocorre a um tempo considerável, e mesmo após mais de dez anos é possível que encontremos essa mesma crítica se questionarmos atuais alunos(as) dos cursos de Pedagogia. Ao menos nas Instituições de Ensino Superior Federal o foco dado a formação inicial e continuada evidencia uma—possível lacuna em ambas as formações, inicial e continuada, por que é tão recorrente o clamor dos(as) alunos(as) de graduação em Pedagogia de ofertas de formações que realmente sejam capazes de abranger as necessidades dos(as) profissionais da educação? Uma vez que todos(as) possuem ciência de que é indispensável esse processo, mas diante de diferentes relatos na academia ou no ambiente de trabalho, percebemos que a almejada qualidade só aparece em forma de expectativas e desejos, mas na realidade acaba por aparentemente estar distante.

A prática do professor(a) reflexivo(a), têm grande importância no desempenho de uma melhor qualidade no atendimento ofertado as crianças, pois as relações interpessoais entre os(as) profissionais da educação possibilita que debatam e compartilhem experiências do cotidiano da sala de aula, conseqüentemente há também uma melhor relação entre docentes e alunos(as), o que vem de forma contrária a postura que não raro encontramos atualmente que é do(a) professor(a) como detentor(a) do conhecimento e também símbolo de autoritarismo. Elias (210) explica a importância dessa prática:

[...] o educador tem que saber interpretar todos os tipos de comunicação expressada pelas crianças, de modo que consiga produzir melhor o seu trabalho. Por isto é importante observar, ouvir, respeitar para poder analisar as diversas linguagens expressas pelas crianças. Para que com esse conhecimento o educador consiga

ajudar a criança a se conhecer melhor e assim construir um conhecimento (ELIAS, 2010, p.22).

Vale ressaltar que essa abordagem do(a) docente pode variar conforme o grau de escolaridade em que atua, pois como explica os estudos realizados por Ana Catarina Alves Lopes (2017), as crianças na fase da Educação Infantil tendem a ter dificuldade de compreensão quando se é estabelecido diálogo com conceitos abstratos e questionamentos com respostas abertas.

Lopes (2017) também expõe em sua dissertação que existe a crença que ensinar a criança meios de prevenção primária ao abuso sexual infantil pode assustar a criança e até mesmo traumatizá-las, porém, pela literatura é possível notar que esses diálogos de orientação não causam praticamente nenhum resultado negativo desse tipo na criança, pois a mesma com 3 anos de idade já é capaz de realizar a distinção entre toques conveniente e não convenientes em seu corpo, e isso nos mostra que na idade pré-escolar a criança já está apta a receber essas orientações, assim, a autora traz uma reflexão feita em seu trabalho sobre uma pesquisa que aponta para essa direção, pois:

Davis e Gidycz (2000) na sua meta-análise de 27 estudos demonstram que a implementação de um programa de prevenção primária de abuso sexual num grupo de crianças em idade pré-escolar aumenta o seu desempenho e conhecimento acerca da temática, quando comparadas com um grupo controle. Os conhecimentos adquiridos aumentaram quanto mais ativas fisicamente eram as atividades, mais envolviam as crianças, e quando tinha mais de três sessões. Destaca-se que, quando comparadas com o grupo de controle, as crianças em idade pré-escolar e no início do primeiro ciclo têm um maior aumento de conhecimentos, do que crianças no final do primeiro ciclo ou início do segundo (LOPES, 2017, p.28).

Eliane Maria da Silva (2013) em seus estudos apresenta uma observação, que agrega nessa pesquisa, ao falar da educação sexual no ambiente educacional ela faz uma ótima argumentação ao lembrar que muitas das vezes a criança ou adolescente não têm pais, mães ou responsáveis que estejam dispostos ou mesmo que tenha essa liberdade para dialogar com elas em relação a questões sobre sexualidade, por essa razão ela manifesta sua reflexão com sua pesquisa:

[...] busco refletir sobre a importância de promover nos espaços educativos a educação sexual como forma de possibilitar aos alunos um espaço de reflexão e discussão capaz de contribuir com a aprendizagem de novos saberes sobre a sexualidade. Nesse sentido, considera-se que a escola deverá ser o lugar propício, mas não o único, para que as crianças possam esclarecer dúvidas sobre as quais os meios de comunicação pouco esclarecem e os pais nem sempre estão disponíveis para dialogar (SILVA, 2013, p. 61).

Assim, como outros(as) autores(as), Silva (2013) destaca que a responsabilidade em relação a discussão do tema não cabe somente a escola. Sendo assim, deveria ser também responsabilidade dos pais dar/ser suporte a seus filhos e suas filhas quanto a dúvidas sobre

questões da sexualidade. Com essa base oferecida torna-se acessível a explanação sobre o abuso sexual infantil, quando este tratar-se de crianças pequenas.

Em sala o silêncio também educa, não que seja necessariamente de uma boa forma, mas silenciar-se diante de determinados assuntos também demonstra uma determinada posição que o(a) professor(a) possui, posição essa que varia conforme o assunto que está em debate. Com a explicação de Emerson André de Godoy (2014) podemos compreender melhor:

O professor, quando simplesmente se cala diante das temáticas que envolvem a sexualidade, seja por falta de conhecimento ou por achar que não é a hora e o local apropriados, inevitavelmente, está transmitindo um juízo de valor. O silêncio, nessas situações, é encarrado como um valor: o do proibido, do errado (GODOY, 2014, p. 93).

O silêncio do(a) aluno(a) também merece atenção, mesmo não se manifestando verbalmente ele(a) está pensando, e o silêncio não é sinônimo de não possuir dúvidas. Alguns dos fatores que podem levar um(a) aluno(a) a não falar sobre sexualidade é a vergonha de se referir ao tema, ou até mesmo a forma como o assunto é estabelecido em casa, pois, algumas famílias veem esse assunto como algo proibido e evitá-lo é mais fácil que o enfrentar.

Silva (2013) debate exatamente isso, que o(a) professor(a) precisa estar atento a todas as crianças, desde as mais participativas até as mais quietas, pois toda ação pode permitir uma interpretação se for realizada uma observação cautelosa, pois:

O profissional de educação responsável pela sala deverá estar atento não somente às questões verbais, às dúvidas exteriorizadas, e não deve dar atenção apenas aos alunos participativos, é necessário preocupar-se, sobretudo, com o silêncio. Trazendo para o contexto da educação sexual, esse cuidado é muito importante, pois o silêncio poderá, por vezes, revelar traumas, casos de violência sexual, agressões físicas ou verbais entre outras situações que podem envolver as crianças e os adolescentes, e que por algum motivo eles são ou estão impedidos de falar (SILVA, 2013, p.81).

No contexto apresentado vemos que a escola é o espaço propício e indispensável para se tratar do tema sobre a violência sexual, pois a prevenção não deve ser trabalhada somente com as crianças, mas também com os(a) profissionais da educação, são esses(a) que estão na ponta do processo educacional como um todo e, ao mesmo tempo, podem ser estes(as) agentes agressores(as) sexuais de crianças e adolescentes, ou ter sido vítimas de tais agressões na sua infância ou adolescência, o que dificultaria a abordagem, assim, a escola será o agente mediador do assunto.

4 Desafios da Educação Sexual em tempos de pandemia da Covid-19

Com o início da pandemia e a necessidade de se repensar o funcionamento de diversas áreas de nossa sociedade, é fundamental que se pense nas políticas de proteção as crianças. O distanciamento social somado ao isolamento dentro do lar pode colocar as crianças em situações de riscos, se analisarmos que nem sempre a casa da criança é uma opção segura para sua permanência. Levando em consideração que boa parte das violências direcionadas as crianças são intrafamiliar podem essas passarem a ficarem isoladas com seus agressores, facilitando a ação de violência e violação de sua integridade física, psicológica e de seus direitos fundamentais.

Uma das táticas utilizadas pelos agressores após suas ações é exatamente a de isolar a vítima, utilizando-se de seu medo e silêncio, para dificultar a chance da criança de conseguir acionar uma rede de apoio, como escolas, hospitais e assistência social.

Essa dificuldade em realizar a denúncia faz com que os dados de registros de violência se alterem, dando uma falsa impressão que os índices de violência diminuíram, quando na verdade, tudo indica que os abusos no período pandêmico estão crescendo diariamente, assim como a dificuldade das crianças em obter mecanismo de denúncias.

Um estudo descritivo e analítico realizado com base nos dados de notificações de violência contra criança e adolescentes no período de janeiro a maio de 2020 no estado de Santa Catarina (2020) afirma que:

É possível concluir que a redução do número de notificações de violência contra crianças e adolescentes não traz alento nem parece traduzir diminuição na incidência desse agravo. Ao contrário, pode demonstrar dificuldades que as pessoas porventura estejam enfrentando para fazer as denúncias e acionar os recursos sociais existentes para o cuidado às vítimas (PLATT; GUEDERT; COELHO, 2020, p. 5).

Diante dessas observações, é imprescindível que o governo reveja os planos de prevenção a Covid-19, e integrem medidas que garantam proteção à criança. Não se pode ignorar as necessidades que emanam de um grupo tão vulnerável. Ignorar essa situação e a necessidade de proteção à criança é ser conivente com cada violência que vem ocorrendo diariamente.

Mais recentemente, Santos e Fumagali (2021) demonstram como a inserção da Educação Sexual na escola pode ser uma efetiva forma de prevenção ao abuso sexual, desde que se considere a idade da criança:

A matéria pode ser tratada de maneira ampla, com conceitos simples, visando a idade do ouvinte. Por exemplo, crianças menos de quatro anos poderão aprender a diferença entre meninos e meninas, o nome dos órgãos genitais, que bebês vêm da barriga da mãe, pedir ajuda caso alguém toque nas suas partes íntimas. Para crianças entre quatro e seis anos, a abordagem pode ser sobre limites pessoais, explicação

simples sobre abuso sexual (inclusive que a culpa nunca é da criança) e que deve comunicar a alguém próximo sobre tentativas de estranhos (SANTOS; FUMAGALI, p.179, 2021).

Assim sendo, compreendemos que discutir Educação Sexual com as crianças é uma das maneiras mais eficientes de potencializar a identificação e prevenção da violência sexual. Garantindo também uma melhor qualidade de vida, visando minimizar as chances de danos físicos, psíquicos e morais as crianças.

Considerações Finais

O objetivo dessa pesquisa foi discutir sobre a Educação Sexual e sua contribuição na Educação Infantil e a utilização da Educação Sexual para uma abordagem ao tema do abuso sexual infantil e as possíveis formas de prevenções, assim como, quais as práticas que competem, principalmente, aos(as) professores(as) quanto ao propósito de ensinar às crianças a identificarem os possíveis casos de violência sexual, tanto quanto, a prevenção, e quais ações tomarem diante de possíveis casos identificados em sala de aula.

Demonstramos que a literatura sobre o tema proposto vem sendo discutida ao longo dos anos. Dos estudos aqui citados, percebemos que há uma linha cronológica que se inicia no ano de 2003 e sucede até o ano de 2021, isso torna evidente como esta discussão se faz presente na sociedade, denotando sua importância.

De início apresentamos os dados referentes as denúncias de violência sexual infantil registrados no Disque 100, para termos uma melhor compreensão do quão alarmante são as estatísticas em relação a essa violência acometida as crianças.

Ressaltamos ainda as práticas pedagógicas dos(as) professores(as) em sala e quais as viáveis formas de abordagem do tema com as crianças. Também foi possível observar a relevância do(a) professor(a) como mediador(a) do tema discutido e qual o papel que a família deveria assumir com seus filhos(as) em relação a sexualidade. Compreendemos que a escola também é responsável por estabelecer em seu currículo assuntos que são amparados pelo PCN (BRASIL, 1997), não podendo assim afirmar desconhecimento quanto as exigências estabelecidas para serem cumpridas por parte da escola.

Diante da pandemia Covid-19 não basta apenas nos atentarmos a questões relacionadas a disseminação desenfreada do vírus. Precisamos também olhar outros riscos eminentes dessa situação, considerando e priorizando a integridade física, emocional, psicológica das crianças de nossa sociedade.

Evidenciamos como é notório e catastrófico os dados, bem como o “silêncio” da escola para trazer o tema à discussão e melhor preparar o seu corpo docente para lidar com situação do abuso sexual infantil e os meios de prevenção e amparo para as crianças, além de que sugestionar aos(às) professores(as), igualmente aos(às) alunos(as) da graduação de Pedagogia, repensar o papel de educador(a) em sala de aula e quais as contribuições que se pode propiciar de forma positiva à vida das crianças, para que essas possam ser respeitadas e vistas como seres humanos, que além de possuírem deveres possuem também direitos, sendo um dos principais o direito à vida, vivida plenamente na mais ampla acepção da forma humana.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetro Curricular Nacionais**. Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC/SEB, 2018.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018.

DISQUE 100. Disponível em:

<<https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/disque-100-1>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

ELIAS, Rosane Joaquim. **Violência Sexual Infantil: dificuldades e possibilidades no trabalho do professor**. 2010. 58 f. Trabalho de Conclusão de curso (Licenciatura no Curso de Pedagogia) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2010.

FREIRE, Suelen Batista. **Abuso sexual infantil: sentimentos compartilhados por professores**. 2016. 230 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2016.

GODOY, Emerson André de. **Sexualidade e currículo: a educação sexual no currículo oficial do Estado de São Paulo para ensino médio**. 2014. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba, MS, Mato Grosso do Sul, 2014.

LOPES, Ana Catarina Alves. **“Picos e Avelã à descoberta da Floresta do Tesouro!” – Construção de um Programa de Prevenção Primária de Abuso Sexual para crianças em idade pré-escolar**. 2017. 210 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2017.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Disponível em:

<<https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/ouvidoria/Disque_Direitos_Humanos.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2019.

PORTAL CORONAVÍRUS. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

PLATT, Vanessa Borges; GUEDERT, Jucélia Maria; COELHO, Elza Berger Salema. **Violência Contra Crianças e Adolescentes**: notificações e alerta em tempos de pandemia. São Paulo: Ed. Revista Paulista de Pediatria, v. 39, 2021.

RODRIGUES, Maria do Socorro. **O lúdico como ferramenta para orientar a sexualidade na Educação Infantil**. 2013. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação no Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia) – Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Cibelle Christine Ato; FUMAGALI, Ellen de Oliveira. Abuso sexual de crianças e adolescentes no Brasil em tempos de Covid-19: A educação como forma de prevenção. **Ciências Humana e Sociais**, Aracaju, v. 6, n. 3. 2021.

SILVA, Eliane Maria da. **Educação, memória e sexualidade**: narrativas dos professores e profissionais de saúde sobre a educação sexual e a formação docente. 2013. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2013.

SOMA, S. M. P.; WILLIAMS, L. C. A. **Livro infantil especializado como estratégia de prevenção do abuso sexual**. São Paulo: Ed. Psicologia: Teoria e Prática, 21(1), 2019. p. 186-203.

SPAZIANI, Raquel Baptista; MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. **Guia de educação sexual para educadores(as)**: elaboração de um material didático sobre sexualidade infantil. Congresso Estadual Paulista Sobre Formação de Educadores, 11. Congresso Nacional de formação de Professores, 1. 2011, Águas de Lindóia. Por uma política nacional de formação de professores... São Paulo: UNESP; PROGRAD, 2011. p. 6571-6577.

SPAZIANI, Raquel Baptista. **Violência sexual infantil**: compreensões de professoras sobre conceito e prevenção. 2013. 131 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) – Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2012.